

Entrevista

VIDA INTELLECTUAL, VIDA POLÍTICA – Entrevista
com Luiz Werneck Vianna.

José Szwako¹
Rodrigo Pezsonia²

Apresentação: Com o perdão do clichê, Luiz Werneck Vianna dispensa apresentações. Nesta entrevista concedida no IUPERJ, debaixo do escaldante calor de fevereiro, o “Wernecão”, como também é carinhosamente chamado, fala de suas idas e vindas acadêmicas, de sua relação passada com a política, de seus problemas de pesquisa, novos e antigos, e de suas principais fontes de inspiração intelectual. Ao passar em revista algumas das mudanças pelas quais atravessaram a política e a sociologia brasileiras nas últimas décadas, a narrativa de Werneck Vianna encerra uma lucidez crítica (e autocrítica) que instiga os iniciantes na disciplina. Apenas um detalhe: o tom informal preservado na transcrição da conversa não trouxe qualquer prejuízo à perspicácia distintiva do professor, a quem agradecemos pela gentileza e disposição.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Unicamp.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

Queríamos começar pelo contexto do seu doutorado, os debates, os interlocutores, as aspirações teóricas...

W.V.: Bom, meu doutorado se define pelo tema operário e sindical. A princípio, eu faria uma pesquisa centrada no Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS), investigando sua natureza, como ele atuava sobre o sindicalismo, como repercutia também do ponto de vista salarial, rebaixando e não só ampliando os patamares da classe assalariada. Comecei com essa preocupação e procurei material junto ao DIEESE, que me recebeu muito bem e forneceu todo material. Começaram, inclusive, a me convidar para as reuniões. E no CEBRAP, havia um grupo dedicado ao estudo do movimento operário e sindical, que era coordenado pelo Weffort. E a minha base de operação era em uma salinha no CEBRAP, que ficava adjacente ao corredor, que era passagem. E nessa sala, ficavam reunidos vários doutorandos do Weffort, desenvolvendo seus trabalhos de pesquisa. O Régis Andrade, Fabio Munhoz, Maria Hermínia Tavares Almeida, José Álvaro Moisés e eu.

Mas todos eles moravam em São Paulo e tinham aquilo lá mais como uma base de chegada. Eles não trabalhavam naquele local, enquanto eu trabalhava ali. Ficava o dia inteiro naquela sala, e por mais que aquilo estivesse pegando fogo eu conseguia me concentrar. E foi uma experiência muito rica em São Paulo. Especialmente no CEBRAP, que era um lugar de resistência intelectual e moral contra o regime militar. Moral também!

O movimento operário sindical, em 1971 e 1972, estava longe de ser um grande personagem da política brasileira e de São Paulo. As discussões sobre sindicalismo e movimento operário eram muito derivadas da opção política que o sindicalismo havia assumido a partir da democratização dos anos 1940. Os debates se concentravam em perceber como o comportamento político do movimento operário e sindical teria sido alienado e como isso poderia ter atuado como uma das origens do golpe militar. Era essa a tese do populismo do Weffort, que se enunciava com

cada vez mais clareza, e radicalizava cada vez mais seu argumento até sua tese de Livre Docência, de 1972 ou 1973, na qual aparece o argumento do populismo de uma maneira mais encorpada. Essa interpretação fez época e influenciou muitos trabalhos posteriores.

Que a dependência do sindicalismo seria uma das bases...

W.V.: É, é... O tema do nacional-popular, a questão de como através dessa perspectiva particular o sindicalismo teria se deixado subsumir pela política do Estado. E nos antecedentes disso, havia a polêmica sobre o ISEB, né? Que teve sua relevância no pré-64, mas se tornou muito forte depois do golpe, na medida em que a sua ideologia foi identificada como a expressão do nacional-desenvolvimentismo e de uma política que teria associado o sindicato ao Estado, fazendo com que aquele perdesse sua autonomia. A USP estava inteira nisso: "O colapso do populismo no Brasil", do Ianni, e, de forma mais moderada, no Fernando Henrique, em sua discussão sobre o empresariado nacional.

A revolução burguesa...

W.V.: Não, antes... O Florestan de vários textos anteriores. Nós estamos aí em 1971 e 72. "A Revolução Burguesa" é de 1975. Não me lembro agora de quais textos, mas nestes artigos Florestan claramente identifica o nacional-desenvolvimentismo como uma perda de autonomia da classe e de uma política pluriclassista. Toda a cultura da esquerda nessa época estava dominada por essa questão. Principalmente a bibliografia das Ciências Sociais.

Paulista?

W.V.: Basicamente paulista.

E a posição dos cariocas?

W.V.: Não, não houve. O Rio foi dizimado depois do golpe. Não teve, como em São Paulo, essa sobrevivência da USP e do

CEBRAP. O Rio foi dizimado. Costa Pinto foi para fora, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto, Darcy Ribeiro, aqui não ficou pedra sobre pedra.

E aí são outras questões... A força da institucionalização da Universidade de São Paulo, a pouca força da institucionalização da universidade no Rio. A presença do governo federal no Rio exerceu tradicionalmente controle sobre a *intelligentsia* daqui, lembrando dos incidentes da Universidade do Distrito Federal nos anos 1930, quando o projeto de Anísio foi derrotado pelo Estado Novo. Enquanto que no mesmo período do Estado Novo estava se constituindo a USP lá, não é?

Enfim, aqui era uma capital federal, sobre o Rio de Janeiro estava toda a estrutura do sistema político brasileiro, em São Paulo não. São Paulo tinha a economia que vinha do café, umas elites bem constituídas, idéias de autonomia, os Mesquita, os Penteado... E que foi buscar a base científica na França, enquanto o pensamento científico moderno estava nos Estados Unidos, embora a Escola de Sociologia e Política tivesse uma presença americana. Mas, aí era uma escola singular, isolada...

Então o tema era esse: a idéia de que havia uma traição, uma traição de classe com essas alianças pluriclassistas. O que era necessário, então, era constituir uma política de classe autêntica, isenta, não contaminada pelas ideologias dominantes. Constituir-se bem na base, e depois ser projetado para a política. Isso é encontrado muito fortemente no Florestan, no Weffort, já que a teoria do populismo é caudatária das construções do Florestan. De passagem, vale ressaltar, que um livro extraordinariamente influente no período posterior foi "Os Donos do Poder", de Raimundo Faoro. Neste momento não faz parte da bibliografia, digamos, consagrada da biblioteca mágica do cientista social uspiano. É um livro de 1958 que tinha tido uma recepção calorosa de círculos muito pequenos, ganhou prêmios da Academia Brasileira de Letras, mas não passou disso. E era na realidade o mesmo argumento levado às últimas consequências.

Como é que eu concebia isso, como é que eu via isso, como é que eu interpretava isso? Eu interpretava estas obras como leituras liberais. Na medida em que concebem a classe fora do contexto político, a constituição da classe é algo que pode ser encaminhado apenas no ângulo econômico-corporativo. Ora, a construção da classe depende também de uma enunciação política, depende da sua inscrição na cena política de uma forma determinada – assim eu me colocava. Neste sentido, eu era absolutamente estrangeiro ao grupo do Weffort.

E sua interpretação era outra? Então a interpretação que você fazia do populismo era outra?

W.V.: Exatamente. Minha interpretação não era a da teoria do populismo, eu estava fora... Nessa linha mesmo que eu acabava de dizer, isto é, de que a classe não é um artefato econômico-corporativo. E nesse sentido, eu era absolutamente estrangeiro ao grupo do movimento sindical do CEBRAP, coordenado pelo Weffort, que, aliás, era meu orientador. Agora, isso nunca foi problema nas nossas relações, ao contrário, o Weffort me submetia os seus textos, e me chamava para os seminários de debate desses textos com os seus orientandos. Eu me aplicava na crítica, e era muito duro nela e isso jamais afetou nossas relações institucionais e pessoais.

A sua interpretação divergia quanto à dependência dos sindicatos desde Vargas? Era esse o mote...

W.V.: Este era o mote do ponto da traição. Segundo ele, na virada do Estado Novo para democracia, o sindicalismo teria aderido às estruturas corporativo-sindicais presentes ali na Carta de 1946, que na realidade reatualizavam o Estado Novo.

E aí você fala do duplo sentido do populismo...

W.V.: Essa discussão mais particularizada, não estou com ela muito viva na memória. Mas o momento está vivíssimo em mim agora. O outro sindicalismo ainda não havia aparecido, entendeu?

E nem de binóculo você vê o PT, nem de telescópio você vê o PT em 1971. Agora, já tem, e está muito presente lá, a ideia de um sindicalismo apartado das estruturas corporativas sindicais, um sindicalismo autônomo. Autonomia de classe, pretensão revolucionária da classe, seu papel de protagonismo na revolução brasileira... Classismo – esse é o tema da época, em oposição ao sindicalismo que faz política. E a palavra de ordem é romper com as estruturas corporativistas sindicais. Abandonar esse sindicato.

Antes da minha tese eu escrevi um artigo para uma revista do CEBRAP, chamado “Sistema Liberal do Direito do Trabalho”, que antecipa o argumento e que foi meu mapa de exploração. Na verdade, este artigo foi feito como relatório para a FAPESP, eu era bolsista, e como trabalhei muito nesse relatório ele acabou virando um artigo, ele me deu régua e compasso para abordar a tese.

E no CEBRAP?

W.V.: O grupo dedicado ao movimento operário e sindical foi de utilidade extraordinária para mim, porque ele pensava para mim, na medida em que eu antagonizava com eles, era meu argumento que estava colocado em contraposição. Eles foram me ensinando a pensar para onde eu tinha que ir, para refutar melhor o argumento deles. Deste grupo, eu fui o primeiro a defender a tese. Mas nessa época nós tínhamos um grupo de leitura de “O capital”. Intelectuais ligados ao Partido Comunista do Rio e de São Paulo. Era um tempo tão maluco, que um grupo de estudos tinha que ser organizado clandestinamente.

Estamos falando de que ano professor?

W.V.: Entre os anos 1971 e 1972.

Esse é aquele conhecido grupo de leitura d’O Capital?

W.V.: Não, não este ao qual você refere é o da USP. O nosso grupo nasceu dentro do Partido Comunista, integrado por intelectuais comunistas. Era eu, Carlos Nelson Coutinho, o Aluisio

Teixeira que é hoje reitor [da UFRJ], doutor lá pela UNICAMP. O Braz Araujo que era professor lá da ciência política da USP... *Esses encontros aconteciam onde?*

W.V.: Em casas... Como se fosse uma reunião política revolucionária para se estudar “O Capital”. Um dos membros era um companheiro nosso que era uma espécie de Delfin do Partido Comunista Brasileiro, José Sales. Era um ex-estudante do ITA e dedicou-se à militância profissional, e que tinha vínculos muito fortes com os soviéticos.

E quando nós estávamos para terminar a leitura de “O Capital”, ele apareceu com a ideia de que havia um convite para todos nós, do Rio e de São Paulo, de refazer o curso na União Soviética. E fomos... Isso foi no verão de 1974. Lá nós ficamos 3 meses relendo tudo com Anastácio Mansillia que era um cidadão soviético/espanhol cuja família era refugiada do franquismo. E era uma grande personalidade lá do partido, especialmente em atividades de cultura, de divulgação e de doutrina.

Ele [Anastácio Mansillia] foi o intelectual que os soviéticos mandaram para Cuba, para assessorar o Fidel e o Guevara logo no começo da revolução. Dono de uma fluidez espantosa, um professor que jamais vi outro igual, com enorme capacidade de interlocução e persuasão, um homem generoso. E conhecia “O Capital” de frente para trás, de trás para frente.

E a chave do argumento você pegou na União Soviética?

W.V.: O argumento já estava pronto. Tanto que já havia escrito aquele texto “Sistema Liberal do Direito do Trabalho”, mas as questões mais duras no ponto de vista teórico eu peguei lá, no processo daquela discussão, inclusive com meus colegas. Havia seminários que duravam a manhã inteira. E a gente releu tudo, ler “O Capital” em 3 meses é terrível.

Bom, e com ele era particularmente mais complicado, por que ele dava muita atenção ao livro terceiro, no qual estão as condições do capitalismo concreto. E quando chegava no livro terceiro eu dançava porque eu não tinha formação econômica forte para

acompanhar aquela discussão. Mas ia! E tinham alguns colegas com formação econômica forte que puxavam a discussão.

A idéia da Revolução Passiva então nasce lá?

W.V.: Espera aí... Ela nasce lá, sim. Mas a ideia seminal para mim não foi lá. O meu problema, a questão que eu não conseguia resolver... Eu me lembro claramente disso. Em um curso que eu dava na Faculdade Arquitetura de São José dos Campos, que não existe mais... Faculdade de ponta criada pelas elites de São Paulo, em um determinado momento... E eu dava os anos 1920 e 30 naquela altura, e esse é o momento que também a USP estava inteiramente apaixonada pelo tema da discussão da Revolução Burguesa.

Antes de Florestan ter escrito "A Revolução Burguesa", estava lá o Boris Fausto escrevendo sobre a Revolução de 30...

Mas, enfim, tinha uma série de temas que envolviam o papel das forças armadas. Seria uma categoria autônoma weberiana ou seria uma categoria social caudatária das classes médias brasileiras? Você tem as teses do Edmundo Campos Coelho, um professor aqui do IUPERJ, weberiano, com o tema da autonomia dos militares. Os militares como caudatários das camadas médias, aí tem o Nelson Werneck Sodré. Enfim, toda uma literatura que deixava a Revolução de 30 como algo absolutamente inacessível. Se os seus atores não eram burgueses modernos, como é que a revolução era burguesa? Aí você vai encontrar rastros disso no Boris Fausto, nas coisas que escreveu sobre essa busca dos sucessos de 30 pela empiria. E eu estava absolutamente insatisfeito com isso... Eu pensava: "Essa coisa não vai armar..." Mas eu não tinha como desatar esse nó, não conseguia resolver o meu problema, eu tinha aquela aflição, que eu compartilhei com um amigo, um companheiro na URSS. E ele me disse: "Dê uma olhada na questão agrária do Lênin.". Eu fui lá, e bati com a via prussiana do movimento capitalista. Era isso! Com essa chave eu venci aquela empiria bêbada que não me levava à explicação "Uma elite de origem agrária fez a revolução burguesa no Brasil, ponto!" E, com isso, se conservou a elite tradicional sob a hegemonia de

uma nova elite moderna, burguesa urbano industrial. Isso em uma formatação autoritária.

Autocrática...

W.V.: Autocrática. E vai explicar também a natureza da relação desse Estado com o mundo operário sindical. Aí fui nessa...

Então, o meu percurso é basicamente feito no interior da literatura marxista dura, é “O Capital”, não é outra coisa. Devo citar pouquíssimamente outra coisa, é “O Capital” o tempo todo, basta ler. E Lênin. O sociólogo Lênin. Mas Gramsci já tinha entrado aqui. E a minha leitura do Gramsci, por fortuna, talvez pelo interesse mesmo do meu objeto de estudo na época, não foi o Gramsci da revolução nacional-popular, que será sempre o Gramsci do Carlos Nelson Coutinho. Meu Gramsci foi do americanismo e fordismo. O americanismo, para ele, é uma revolução passiva. O fascismo é também, para o Gramsci, uma modalidade de revolução passiva. No texto sobre americanismo e fordismo, encontrei as afinidades histórico-concretas, inclusive porque a estrutura sindical brasileira foi constituída sob inspiração da “Carta del Lavoro” italiana. O problema do corporativismo era o problema da Itália do Gramsci e era o nosso problema. Não tive também de dar muito trato na bola para perceber que com aquele Gramsci tinha uma enorme oportunidade de pensar a montagem de 1930 no Brasil...

Então aí já estava presente a revolução passiva?

W.V.: Sim, já estava presente nessa chave do americanismo. É que essa é uma questão dura para trabalhar com Gramsci. É como se eles fossem opostos, dois Gramsci, combiná-los é difícil. Mas não estou dizendo que não possa merecer uma leitura que os ordene juntamente, mas é difícil. O Gramsci do nacional-popular, que está sempre na expectativa de um ator jacobino, e outro Gramsci, em que o tema das estruturas é mais forte do que o das supraestruturas, digamos assim. Inclusive, é nesse Gramsci das estruturas que o Marx de “O Capital” está mais presente. Em que ele cuida da composição orgânica do capital, em que ele

trabalha com a taxa decrescente da mais valia... Esse Gramsci é o Gramsci do americanismo.

Como é que ele chegou nisso? Ao contrário da Europa, da Itália, da Alemanha, da França, mas sobretudo, da Itália e da Alemanha, que requerem uma enorme mediação da política, a América requer um mínimo de intermediação da política. Na Europa, prevaleciam as superestruturas pesadas, não racionalizadas, uma demografia irracional para o capitalismo. São todos estes temas do americanismo. Era com isso que eu estava me preocupando nesse momento.

E os uspianos como eles receberam sua tese?

W.V.: O Weffort leu e não prestou a menor atenção no que estava escrito ali. No dia da defesa ele fez um elogio à coragem de eu ter escrito a tese. Terminando, nos convidou, a mim e aos meus amigos que estavam na defesa, para um cocktail na casa dele. O Weffort é um tipo muito particular...

Justamente a linha deles, e que depois iria ser utilizada pelo PT, era justamente, não as estruturas, mas a capacidade dos atores...

W.V.: É que esse é o momento em que Weffort e Carlos Nelson estão muito próximos. A partir daí, a cada semestre, as coisas vão mudando. No primeiro semestre de 1975, quase me pegaram e eu tive que me esconder. Escrevi a tese enquanto estava escondido. No segundo semestre eu já estava terminando a tese... Porque o mundo estava mudando, foi quando houve a missa da morte de Herzog em São Paulo. Aí começou a mudar. No segundo semestre de 1975, a conjuntura realmente começou a mudar. No primeiro semestre de 1976, eu já havia defendido a tese e já podia andar pela rua.

Esta também foi uma época na qual a repressão começa a se preocupar com o pessoal do PCB, a repressão vai atrás dos militantes “pacíficos”...

W.V.: É. E em São Paulo eu consegui escapar, porque eles chegaram à minha casa às cinco da manhã, eu estava em Campinas.

Trabalhava na UNICAMP?

W.V.: Trabalhava na UNICAMP. Eu cheguei, minha mulher estava no banho... Ela me falou da “visita” que tínhamos recebido e resolvi partir imediatamente para o Rio. Chegando lá, passei o dia na casa de um amigo e de lá me levaram para casa do Paulo Pontes. Bom, no primeiro semestre de 1976 eu já podia andar na rua, sem o risco de ser preso, além de já ter defendido a tese. Mas estava também sem emprego, sem isso, sem aquilo.

Deu aulas na UNICAMP em que período?

W.V.: Dei aulas na UNICAMP em 1974 e saí de lá em meados de 1975, quando tive que interromper minhas atividades em função do que acabei de contar. Quando ocorreu a anistia, eles me chamaram de volta, e eu fui. Mas nesse mesmo momento me chamaram para dar uma conferência aqui no IUPERJ, eu dei, e na verdade a conferência era uma espécie de teste para ver se eu vinha pra cá ou não... Aí fiquei nos dois lugares. O que foi péssimo para mim. Fiquei para lá e para cá.

E é a partir do lançamento de “Liberalismo e Sindicato” que a procura pelo seu trabalho se torna evidente?

W.V.: Este livro, a essa altura do campeonato eu posso dizer tranquilamente, foi um sucesso do tamanho de um bonde. Foi para o programa de curso de direito em tudo quanto é lugar. Foi mesmo! Várias resenhas foram feitas, entre as quais destaco uma publicada por Otto Lara Resende. Enfim, o livro foi citado em todo lugar. Até tese sobre a organização corporativa do futebol foi feita com base no livro.

Então o livro tem toda essa recepção, e nos anos oitenta?

W.V.: Se você quer saber de verdade, foram decisões equivocadas que tomei. Eu entendi que eu deveria me dirigir menos para a academia, e mais à política. Foi uma decisão equivocada...

Se arrepende?

W.V.: A política já estava perdida, e eu não tinha o que fazer senão resistir, passei anos resistindo em uma luta que não tinha...

Murros em ponta de faca?

W.V.: É. Você veja, os sobreviventes disso, Leandro Konder no PSOL, Carlos Nelson Coutinho no PSOL, Milton Temer no PSOL... Uma pena... Bom, David Capistrano foi para o PT, teve sua trajetória. Davi era um dos maiores quadros que a esquerda tinha forjado. Foi deslocado lá para Santos... Eu fui candidato para a Constituinte.

Por qual partido?

W.V.: PMDB. Essa foi a decisão equivocada, entendeu? Estava na luta pela renovação de meu campo na esquerda, que não podia ser renovado por dentro, porque estava derruído, que era o PCB. Bom, enfim, foi uma coisa equivocada, gastei muita energia. Dessa época, minha história política está na revista Presença, nos artigos que escrevi em quase todos os 17 números da revista. Vocês conhecem essa revista? No último número da revista tem o Gramsci na capa.

Mas o erro não foi exclusivo seu...

W.V.: Não, eu sei. Mas quando defendi a tese, eu estava com a academia aberta para mim. Estava com os investimentos todos, estava com energia, era investir. Quando terminou a tese, um amigo jornalista me perguntou: "Werneck, e agora o que você vai fazer?". Aí eu disse: "Vou me meter em política". E ele: "Em política?".

No meu campo não havia mais o que fazer. Para o intelectual comunista não havia mais o que fazer. O trabalho que a gente tinha feito na resistência, na época do regime, foi inteiramente desorganizado quando a direção do PCB chegou do exílio. Nós tínhamos feito um jornal "A Voz da Unidade", e o jornal acabou sendo inviabilizado por duas pinças: uma pinça, do regime autoritário que impediu a festa que a gente ia fazer para angariar recursos lá no Ibirapuera, que tinha milhares de pessoas. Tinha

mesmo, fui lá! Aquilo ia garantir uns seis meses do jornal... Interditaram... Bem, dentro dessa política, nós não podíamos passar. A outra pinça vinha de dentro, das estruturas do próprio partido.

Em sua opinião a abertura acaba com uma resistência real?

W.V.: Aí, neste contexto, aparece outro tipo de resistência. O mapa muda, não é? Agora, para os comunistas daquele momento, da resistência, a vitória da política deles se processou em um momento no qual eles se tornam dinossauros. Então foram condenados à extinção. Quem vai se beneficiar, quem vai ser herdeiro da política democrática do PCB será o PT.

Aliás, se vocês pegarem esse momento dos anos 1960, ou 1970, da maneira como eu os caracterizei agora, congelarem isso, e pegarem agora, vocês verão as vizinhanças, as proximidades, as convergências, o sindicalismo estatalizado, as centrais sindicais recebendo verba da contribuição compulsória, a verticalização dentro dos sindicatos, a unicidade sindical... E isso não deve ser visto como uma coisa moral. Deve ser analisado tendo-se em vista de como certas estruturas são permanentes entre nós. De como aquela história do PT de querer mudar o país por baixo, pela autonomia, pela organização da vida popular, aquilo ficou numa fabulação. O país está mudando, com Estado, com muito Estado. A universidade de vocês [a Unicamp], a economia lá de vocês só fala em Estado, aliás, estão caindo em uma estatolatria infernal. O Marx não gostaria nada disso, nem o Gramsci. O nacional-desenvolvimentismo esta aí de volta, o nacional-popular esta aí de volta. E essa questão não é trivial!

Professor, você segue essa linha de raciocínio chamando-a de “império dos fatos”, um tipo de apropriação histórica na qual a vontade dos atores tem pouca adaptação às circunstâncias. Ou seja, é melhor dançar conforme a música...

W.V.: Não, eu nunca disse isso. Não falei que se deve adaptar às circunstâncias, eu disse que o governo Lula optou por se adaptar às circunstâncias. O tema da revolução passiva tomou conta do PT. Eu tinha dois amigos fraternos que sempre me provocavam: “Somos ou não somos a favor da revolução passiva?”. E eu sempre respondi que ninguém, em sã consciência, pode ser a favor da revolução passiva. Uma pessoa que tenha idéia de mudança, e tal... Agora, há aí um critério de interpretação. Para o Gramsci isso apareceu como? Com o desgaste, a perda histórica da Revolução de 1789, a revolução burguesa parou? Não. Continuou na Europa da restauração, tendo isolado o elemento jacobino. A Revolução Passiva é pensada a partir desse cenário. Em que as forças da conservação vão operando a mudança sob estrito controle delas. No caso do século XIX, inclusive com a conversão ao padrão aristocrático das burguesias nacionais. A burguesia passa a viver como a aristocracia vivia, os mesmos gostos, mesma etiqueta. Aí vem 1917, o momento de ativação da revolução. Aí o Gramsci fica pensando: “e depois de 1917, o que aconteceu? Como estão os sindicatos, hoje?”. Mais fortes do que qualquer outro momento. A valorização do trabalho, a valorização do trabalhador... Há condições para reproduzir 1917? Aí, ele vai para a Itália, dizendo: “Aqui não, aqui não vai dar. Aqui as superestruturas são muito poderosas. O sistema da ordem está entrincheirado”. Não era como na Rússia onde o Estado era muito poderoso, mas era isolado. Bem, esse argumento já estava no Maquiavel... Os orientais, não é? No Oriente, o conquistador ia lá, tomava conta do Estado e conquistava tudo por que entre Estado e sociedade não havia nada que se antepusesse. Bom é isso, processos moleculares de mudança que podem ficar à deriva ou podem ser excitados, educados. O Gramsci não foi claro, evidente, em relação a isso. Mas há uma observação dele no Risorgimento, quando ele diz que se o Mazzini não fosse um apóstolo iluminado, mas um crítico realista, ele não ganharia, mas poderia perder menos do que perdeu. A partir deste argumento, eu introduzi o tema do registro ativo na Revolução Passiva.

É possível, segundo esta percepção, que numa circunstancia tão adversa, se utilize deste registro ativo... E na minha cabeça, visualmente, na minha frente estava o caso do MST, um exemplo muito feliz disso, na medida em que ele fazia com que a coisa andasse, sem entrar em perspectivas agonísticas, sobretudo na escolha das terras, terras “podres”, com propriedade discutível. Parecia-me ser este um caso exemplar de aproveitar a circunstância da revolução passiva e introduzir atividade. Eu formulei isso sempre com muito espírito crítico. Agora, isso se tornou programa do PT.

Nós viemos com essa pergunta em mãos: o PT não fez da Revolução Passiva seu programa?

W.V.: Fez. Fez sem dizer. Mas os seus intelectuais mais treinados sabem que é disso do que se trata. Agora, é muito difícil manobrar isso.

Voltando àquele desgaste dos anos 1980, sua trajetória vai culminar no lançamento do livro sobre a transição?

W.V.: É, eu ainda não estava inteiramente desencantado. Quer dizer, desencantado devo estar, mas ainda não parei. (...) Meu desencantamento foi com aquele tipo de tentativa de governar o meu passado, de fazer do meu passado presente, fazer do meu passado futuro. Isso foi inteiramente inviável, era como se eu estivesse andando no vale dos dinossauros. Neste período, o mundo estava ruindo e eu encontrei um dos últimos dirigentes do antigo PCB, que me disse ter estado com Gorbatchev. Este dirigente portava a seguinte novidade: “Olha, isso é tudo conjuntural, fiquem tranquilos que tudo vai se recuperar...”

Foi a gota d’água?

W.V.: Não, não, eu já olhava para ele como um fóssil... Já não tinha vínculo nenhum. Eu estava fora, queria outra coisa. E o que eu queria era impossível, eu queria reconstituir o Partido de uma forma nova, mas não havia mais condições. E quando boa parte do nosso grupo do final dos anos 1970 vai para o PT, acabou!

Não havia mais chance de nós tentarmos qualquer projeto de recuperação do PCB.

Mais recentemente, vêem seus estudos sobre magistrados, judicialização, mas não entendemos sua avaliação forte, seu julgamento mais teórico-normativo, como você vê tudo isso?

W.V.: Se vocês pegarem o artigo “Revolução Processual e Democracia”, que eu fiz para a pesquisa que eu organizei “A Democracia e os Três Poderes no Brasil”, verão que este texto vai precisamente nessa questão. Os outros são análises empíricas e esse é uma análise teórica. É muito significativo na minha orientação sobre essa matéria. Nesse cenário novo, com a nova presença do direito no mundo, há formas passivas com possibilidades de inscrição ativa.

Passo agora a uma incursão maior: o segundo pós-guerra começa com a retração do princípio da cláusula majoritária. Hitler foi eleito pela cláusula do princípio majoritário. O segundo pós-guerra, então, traz uma mutação importante quanto ao tema da soberania. Essa soberania presente, circunstancial, deve estar orientada por uma soberania acima dela, por exemplo, os direitos fundamentais. O pensamento republicano clássico, Habermas, por exemplo, vai contestar isso, sustentando que isso significa um governo dos vivos sobre os mortos. Mas, mesmo ele, vai fixar uma regra de ouro, qual seja, a de que há um núcleo dogmático que não pode ser infringido, núcleo esse que diz respeito às livres oportunidades de participação a todos e que a cláusula que afirme a superioridade de um grupo sobre o outro, não pode ser legítima. Nesse caso, cabe a revisão, a declaração da inconstitucionalidade da lei. Em um caso como este, portanto, quando o núcleo dogmático é contestado, aí o pensamento republicano deve admitir o princípio antimajoritário. Uma lei que afirme que determinada comunidade étnica é inferior à outra, mesmo que tenha tido maioria exemplar no Parlamento, pode ser contestada no tribunal constitucional, por exemplo. O que ocorreu no segundo pós-guerra foi que o princípio antimajoritário se expandiu extraordinariamente, especialmente a partir dos anos

de 1970. Como exemplo, basta observar o caso brasileiro, no qual a carta constitucional de 1988 admitiu, de maneira forte, o princípio antimajoritário, com a criação de intérpretes dotados da capacidade de postular a inconstitucionalidade das leis.

Se vocês me permitem, vou introduzir outro ponto que considero relevante para a esta discussão. O *Welfare*, por definição, aproximou o direito da política: constituir o capitalismo como fenômeno social organizado, o capitalismo organizado da solução keynesiana. Pensem em uma administração do capitalismo por meio de recursos jurídico-políticos. O direito, com suas instituições e procedimentos, foi, dessa forma, mobilizado pelo capitalismo.

O direito liberal clássico é o da certeza jurídica. Da previsibilidade, da certeza jurídica, direito weberiano, de orientação positivista. No *Welfare*, o legislador projeta para o futuro. É uma necessidade da organização do capitalismo. O tempo não é mais apenas o tempo do passado, onde você, a partir de observações de regularidades, estatua a lei. Agora você tem leis de caráter prognóstico. De natureza programática, o direito é mobilizado também para enfrentar, por exemplo, a inflação.

Daí se tem uma natureza necessariamente aberta das leis a fim de que elas possam produzir resultados concretos sobre o que pretendem regular, porque elas se aplicam sobre uma realidade em permanente mutação. As leis classicamente liberais são fechadas. As leis do *Welfare* são leis em que o juiz aparece como legislador implícito, porque é ele quem completa o sentido da lei. A lei *no Welfare*, pela sua própria natureza, é lacunar. Ela está se projetando para o futuro e não tem como avaliar o comportamento das variáveis para o futuro.

Habermas é um crítico desse cenário. Na “Teoria da Ação Comunicativa”, no final do segundo livro, ele denuncia o Estado-clientela, Estado juridificado, colonizado pelo direito... Mas, o fato é que a ordem neoliberal, que sucedeu a do *Welfare*, deixa as multidões literalmente desamparadas dos antigos aparelhos que sustentavam os seus direitos. É nesse vazio que o judiciário se

projeta como um poder emergente. Quando os partidos perdem força, os sindicatos perdem força, o Estado perde força, a família se desagrega, não tem pai, não tem padre, não tem comunidade, não tem chefe, o que se tem é o indivíduo isolado fragmentado. Nessa hora, diz um comentarista, o poder judiciário se torna o “muro das lamentações” da sociedade contemporânea.

Outra questão importante para completar a discussão: pensem na luta pelos direitos civis nos EUA na passagem dos anos 1950 para 1960. Pensem também nas formas novas que são criadas pelo próprio Estado para ver se reanimam uma sociedade que está totalmente desanimada. Nos EUA, criaram escritórios como se fossem ONG de jovens advogados, pagos pelo Estado, para mobilizar as pessoas para lutar por seus direitos. Criaram um mecanismo novo para isso, as “class actions”, que estão na raiz das ações civis públicas brasileiras. Com isso você cria mecanismos, formas, institutos, no campo do direito, no interior do direito, através dos quais a sociedade pode postular por mudanças, pode intervir em políticas públicas. É direito contra direito. E de tal forma que a sociedade é mobilizada para participar da própria produção do direito. No limite, você pode pensar em uma evanescência do Estado. Bom, esse processo está no registro da revolução passiva.

Para fechar, a gente queria uma avaliação a respeito não só da era Lula, mas sobre a saúde democrática brasileira.

W.V.: Acho que o Brasil é um país que tem uma política grãoburguesa, assim como se falava no século XIX em grãorussa. Acho incorreto aproximar o governo Lula do bonapartismo. Isso não é bonapartismo. Ele não o é patrão das classes dominantes. Ele instituiu um enorme compromisso entre elas, conduziu a todas para o interior do Estado. Não apenas as dominantes, os setores subalternos também. Sindicatos, movimentos localizados, minoria, gênero, raça. E no interior do Estado os conflitos são arbitrados, não são levados à sociedade. Não à toa esse governo começa com um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, feito

efetivamente para passar à margem do Congresso, do Parlamento. Em germe, essa composição contempla a possibilidade desses conflitos se autonomizarem do Estado e irem para o terreno da sociedade, onde o que vale é uma disputa dura, por exemplo, na questão da terra, legislação trabalhista, sindical, e por aí vai. Eu acho que nós estamos sentados sobre um vulcão. Essa paz que se descortina na política brasileira, a meu ver, é falsa. Ela é resultado da ação de um grande prestidigitador, que foi capaz de trazer todos os conflitos da sociedade para dentro do Estado e administrá-los. Esse Terceiro Encontro dos direitos humanos mostrou como é difícil esta administração de conflitos, na medida em que a esquerda do PT mostrou a sua cara e ao mostrá-la fez com que todo o equilíbrio balançasse, em relação aos militares, em relação à questão agrária, em relação à igreja e em relação a outras questões. É como se nós estivéssemos em uma guerra de posição. Vamos agora para uma guerra de movimento? É como se fosse uma preparação para isso, mas, na verdade, não é. Por isso em perspectiva, com a força que os grandes interesses burgueses desfrutam no interior do governo não passa de mistificação.

A sua própria interpretação já não daria conta dessa reação? Não mostra que quando se tem uma força voluntariosa, um ator tomando uma opção dizendo “Olha, vamos civilizar para esse lado”, dado esse império dos fatos, a direita sai logo de casa pra dizer “Olha, a conversa não era essa?”...
W.V.: Acho que o caminho fundamental é o da institucionalidade político-democrática. Não pode ser único, nem absoluto.

Desse ponto de vista, uma secretaria para as mulheres e para a igualdade racial são fundamentais, não é?

W.V.: Pode ajudar, dependendo de como se comporta. Agora, se você cria um outro Parlamento, aí complica. O PT é ou não é um Partido Habermasiano? Essa é a questão. O que teria que se continuar a fazer? Aprofundar o caminho das instituições democráticas, não é isso? Porque, ronda a América Latina, com esses autores como Antonio Negri e outros praticantes de

feitiçaria sociológica, ronda por aí uma chamada revolução ou socialismo do século XXI, vindo da etnicidade, sem essa matriz das instituições democráticas fundamentais. Eu não quero dizer que elas devam ficar sozinhas, mas quando se perde a centralidade disso se ganha o tema da multidão, o tema negriano da multidão, que é da pressão continuada para fazer com que as estruturas saltem, para que a mudança, a revolução efetivamente venha... Eu acho que aí nós estamos fritos. O Lula tem consciência de tudo isso? Não, não tem. O terreno é labiríntico demais para ele ter consciência disso. No entanto, ele é um político extraordinário e vai vendo os sinais de perigo ao longo do caminho e vai evitando.

Isso entra em outra pergunta...

W.V.: Vocês são PT?

[Rodrigo diz] *Não.* [Zé diz] *Não sei. Eu tenho vergonha de falar que eu sou PT, pois, desde que eu entrei no Doutorado, é como se fosse vergonha se dizer petista. Todas as minhas argumentações, eu tenho que terminar assim "com todas as suas contradições e ambigüidades".*

(risos)

Porque isso é fundamental: publicar uma posição como a do professor que denuncia um falso radicalismo, feitiçaria sociológica, que cola nos alunos de uma forma absurda.

W.V.: O tema da Revolução é xamanicamente mobilizado. (...) Você me pergunta e agora, com isso tudo, eu respondo. Eu acho que sem Lula esse mundo vai ficar muito difícil.

Em 2004 você disse que o Lula era um emblema midiático... que ele era o Chacrinha

W.V.: É que o Chacrinha arruma a coisa toda.

Falou para elogiar, não para escrachar. O senhor conhece ele?

W.V.: Conheci em 1984. Fui em um Congresso de Delegados de São Bernardo. Fui com o Barelli e com o Pazzianotto. Depois,

fomos comer um frango assado, em um lugar no qual os operários trabalhavam como garçons no final de semana. Parecia uma linha de montagem, era impressionante. E o Lula ficou na nossa mesa, muito simpático. Ele era o secretário do sindicato, o presidente era o Paulo Vidal. Muito simpático. Ele esteve aqui, no IUPERJ, e eu fiquei sabendo por amigos, que eram na época do PT, que ele fazia referências simpáticas às minhas intervenções. Agora, o meu colega que tem apreço total do governo, é Wanderley Guilherme dos Santos.

Ele também é brilhante. Só duas coisas para gente fechar: a previsão para as eleições 2010. Dilma versus. Serra. É um sintoma de que nossa política anda mal das pernas, com dois candidatos nada carismáticos?

W.V.: Há uma mentira no ar, qual seja, a paz. Por baixo dessa superfície tem uma intranquilidade imensa que pode se manifestar logo que a administração sobre ela não seja efetiva tal como a do Lula foi. Tanto na administração do Serra quanto na da Dilma, essas coisas devem se extremar, por motivos diferentes.

Acontecer de algo se extremar pode ser bom.

W.V.: Pode ser bom, mas estamos muito despreparados para isso. Não temos partido para isso. Temos uma cultura política infantilizada por causa desse paternalismo todo. Pensa aí na questão sindical hoje. Tem pelo menos 3 temas fortíssimos: diminuição da jornada de 44h para 40; regulamentação do tema da demissão imotivada que está na Constituição; e a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Pelo menos essas três questões e mais a regulamentação da vida sindical nas empresas. Essas quatro questões são muito pesadas. O sindicalismo está armado para fazer a luta agora. Mas e os empresários? Como é que vão se postar? Há muito combustível solto por aí. Sem falar no campo. Tudo vai se quebrar? Não. É um núcleo difícil, que vai demandar muito da política. A política que nós temos agora não vai dar.

Essa habilidade que o Lula tem de manobrar, de trazer tudo para ele...

Gostei muito disso que você falou, do combustível que está aí para explodir ou pra ser consolado nos próximos quatro anos. Que casa muito com essa sua discussão sobre a molecularidade, porque o que está pra explodir é herança dos últimos 16 anos. Começa lá no acordo com as montadoras, é um processo que vai tomando forma. E é um potencial. Sua interpretação aponta. Não dá resposta porque você não é tarólogo, mas está apontando. Porque se continuar na coisa Negri, Zizek essa bomba sai é já.

W.V.: Se ficar no Negri, vai para a cucuia.

A última pergunta. O senhor fala da institucionalização da Ciências Sociais, da americanização pela qual a agenda de pesquisa passou pelo menos nos últimos 20 anos. No último encontro da ANPOCS, a abertura foi lamentável. Esse novíssimo nacional-desenvolvimentismo. Todos as falas diziam: "você, alunos de pós-graduação, têm que tomar uma posição ativa no desenvolvimento do país". A palavra desenvolvimento era o carro-chefe. E não foi o Ministro da Educação, foi o Ministro da Ciência e Tecnologia.

W.V.: Eu te juro que não foi intencional. (...) Imagino como isso deve ter ficado. Soldados do Brasil, né?

(risos)

Nós nos sentimos convocados.

W.V.: Mas é o grão-burguês, não é? Angola, Odebrecht, vamos juntos... Olha o que está armado aí. Andrade Gutierrez, Itaú, Unibanco... os sindicatos, os sem-terra, os intelectuais, vamos dominar o mundo, vamos dominar a Bolívia, vamos dominar Angola, projeção...

É fogo! Volta Getúlio, volta a Era Vargas, volta o regime militar, esse negócio do Brasil grande potência, do nacionalismo, desenvolvimentismo.

Mas também está melhor, não?

W.V.: É, está melhor, mais confuso, mas melhor. Como é que estaria o Faoro se vivo hoje? Ele se reconheceria nesse PT, que se apresenta com esse projeto de modernização por cima? Seguramente não. O que você falou está certo: está confuso, porém melhor.